

PF investiga uso ilegal da Abin para espionar adversários de Bolsonaro

PF mira ex-diretor por espionagens

Alvo de buscas, Alexandre Ramagem é suspeito de esquema que teria monitorado promotora e tentado ligar ministros ao PCC

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) foi um dos alvos de operação da Polícia Federal (PF) que investiga supostas espionagens ilegais ocorridas na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A investigação apontou que figuras públicas, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e uma promotora que atuava na apuração da execução da vereadora Marielle Franco teriam sido monitorados clandestinamente.

A PF encontrou indícios de que a Abin tentou produzir provas que relacionassem membros do STF e deputados federais de oposição ao governo do então presidente Jair Bolsonaro ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A informação consta em relatório enviado à Corte para pedir buscas em endereços ligados a Ramagem, que foi diretor da agência e teria autorizado as espionagens.

Conforme o documento, houve tentativa de "criar fato desapegado da realidade" para associar parlamentares e os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes à organização criminosas. As notícias falsas circularam em grupos bolsonaristas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, que é ex-governador do Ceará, também teria sido monitorado - integrantes da Abin teriam sido flagrados operando drones que sobrevoavam a residência oficial de Santana em Fortaleza.

Outros elementos encontrados indicam que o sistema de inteligência da Abin foi usado indevidamente para monitorar a promotora de Justiça do Rio de Janeiro Simone Sibílio, ex-coordenadora da força-tarefa do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) que investigou o assassinato de Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

O suposto esquema envolveria o uso de ferramentas de geolocalização em dispositivos móveis (celulares e tablets, por exemplo) sem autorização judicial e sem o conhecimento do próprio monitorado. De acordo com a PF, a Abin, sob a gestão de Ramagem, "estava a serviço, em verdade, do extrato político nacional".

Para os investigadores, a instituição foi loteada com aliados do governo federal, que formariam uma "estrutura paralela". O hoje deputado teria "incentivado e acobertado" o suposto esquema de arapongagem.



Investigadores acreditam que instituição foi loteada com aliados do governo anterior

Esquema teria ajudado filhos de Bolsonaro

A PF afirma que servidores da Abin produziram informações que teriam ajudado na defesa dos filhos de Bolsonaro em investigações criminais. Conforme a investigação, a agência teria atuado "para interferir em diversas investigações da Polícia Federal".

Relatórios da agência teriam sido compartilhados para subsidiar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na investigação das rachadinhas e Jair Renan em inquéritos sobre tráfico de influência, estelionato e lavagem de dinheiro. O senador nega ter sido favorecido (leia abaixo).

"Perseguição"

A operação irritou a cúpula do PL. O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, disse que a ação representa "perseguição aberta de Alexandre de Moraes contra o PL e Bolsonaro".

- Já tinha de ter feito um impeachment dele (Moraes) para investigar essas decisões - afirmou o dirigente.

Na semana passada, outro deputado federal do PL, Carlos Jordy (RJ), foi alvo da 24ª fase da Operação Lesa Pátria, que investiga os executores e financiadores dos atos de 8 de janeiro.

Contrapontos

• Em entrevista à GloboNews, Alexandre Ramagem afirmou que há uma "salada de narrativas, inclusive antigas e já superadas" para incriminá-lo "sem conjunto probatório". Afirma ainda que nunca teve acesso às senhas de sistemas de monitoramento e que o software FirstMile, citado na investigação, foi "comprado legalmente" e "utilizado exclusivamente por servidores da agência".

- Não existe isso de "Abin paralela" - afirmou.

• Em nota, o senador Flávio Bolsonaro chamou a operação de "tentativa de criar falsas narrativas para atacar o sobrenome Bolsonaro". "Minha vida foi virada do avesso por quase cinco anos e nada foi encontrado", escreveu o parlamentar.

A ordem para deflagrar a operação foi expedida por Alexandre de Moraes e as buscas ocorreram no gabinete e no apartamento funcional de Ramagem, onde foram encontrados seis celulares e quatro notebooks que pertencem à Abin, entre outros.

Os investigadores chegaram a pedir que o deputado fosse afastado do mandato até a conclusão das investigações, mas o pedido foi negado por Moraes.

Entenda

A OPERAÇÃO

• Denominada Vigilância Aproximada, a ação de ontem é continuação da Operação Última Milha, deflagrada em outubro do ano passado.

• À época, dois servidores da Abin foram presos e a PF informou que a Abin fez **33 mil** monitoramentos ilegais durante o governo Bolsonaro.

• Do total, **1,8 mil** foram destinados à espionagem de políticos, jornalistas, advogados, ministros do STF e adversários do ex-presidente.

• **21** mandados de busca e apreensão foram cumpridos ontem em Brasília (DF), Juiz de Fora (MG), São João Del Rei (MG) e Rio de Janeiro (RJ).

OSUSPEITO



• Deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro, **Alexandre Ramagem** esteve à frente da Abin entre julho de 2019 e abril de 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). É pré-candidato do PL à prefeitura do Rio e teve o apoio de Bolsonaro confirmado em novembro.

Segundo a PF, ele teria autorizado investigações paralelas, sem autorização judicial e sem indícios mínimos de materialidade que justificassem as apurações.

OS SOFTWARE

• A investigação foi aberta depois que a PF descobriu que a Abin usou o software First Mile, desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint). O programa não permite o grampo de mensagens e ligações, mas dá acesso à geolocalização em tempo real e a dados pessoais registrados junto a operadoras de telefonia com base na localização de aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G.

O sistema espionaria sido usado mais de 60 mil vezes pela Abin entre fevereiro de 2019 e abril de 2021, segundo a PF.

QUEM TERIA SIDO ESPIONADO



Alexandre de Moraes, ministro do STF



Gilmar Mendes, ministro do STF



Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados



Camilo Santana, ex-governador do Ceará e atual ministro da Educação



Joice Hasselmann, ex-deputada federal



Simone Sibílio, ex-promotora do Caso Marielle Franco

Íntegra da decisão que autorizou a operação:
gzh.rs/opabin

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 7